

O TRABALHO DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DA CULTURA DO FUMO EM SUAS IMPLICAÇÕES NOS PROCESSOS DE SAÚDE -DOENÇA¹

Raquel Ribas Fialho*
Edna Linhares Garcia**

Resumo

O presente estudo apresenta reflexões sobre desenvolvimento regional, pautadas numa proposta de articulação entre saúde, trabalho e subjetividade, no cenário das/os agricultoras/es familiares de fumo em Santa Cruz do Sul/RS. Tais reflexões são sustentadas por um trabalho de investigação que considera as vivências subjetivas do sujeito/agricultor/a, na trama de um contexto sócio-histórico permeado por aspectos econômicos que controlam a produção de fumo no Sul do Brasil. Realizamos uma abordagem qualitativa dessa realidade, através das práticas discursivas e de produção de sentidos (Spink, 2000), a fim de compreender que sentidos as/os agricultoras/es familiares da cultura do fumo produzem em relação ao trabalho que desenvolvem.

Palavras-chave: saúde mental, trabalho, produção de sentidos, desenvolvimento regional agricultores, agricultoras, cultura do fumo.

Abstract

This study presents reflections on regional development, based on a proposal of articulation between health, work and subjectivity, in the scenario of tobacco

¹ Texto integrante da dissertação de mestrado *Os sentidos produzidos pelos agricultores e agricultoras familiares da cultura do fumo em relação ao trabalho*, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Mestrado e Doutorado da Unisc. Desenvolvida por Raquel Ribas Fialho sob orientação da Prof^a Dr^a Edna Linhares Garcia

* Psicóloga e Mestre em Desenvolvimento Regional.

**Dr^a em Psicologia pela PUC – SP e professora do curso de Psicologia da Unisc.

familiar agriculturists in Santa Cruz do Sul / RS. Those reflections are supported by an investigative work, which considers the subjective experiences of the subject/ agriculturist, in the plot of a social-historic context permeated by economical aspects, which control the tobacco production in the south of Brazil. A qualitative approach of that reality, based in discursive practices and the sense of production was made (SPINK, 2000), in order to understand which inferences (senses) the familiar agriculturists of tobacco produce in relation to the work they develop.

Keywords: mental health, work, sense production, regional development, agriculturists, tobacco culture.

INTRODUÇÃO

O trabalho é essa atividade tão específica do homem que funciona como fonte de construção, realização, satisfação, riqueza, bens materiais e serviços úteis à sociedade humana. Entretanto, o trabalho também pode significar escravidão, exploração, sofrimento, doença e morte (SILVA, 2001, p. 218).

Essas palavras conseguem exprimir a dimensão complexa da categoria trabalho nas sociedades ocidentais. E talvez por isso torne-se uma temática envolvente, com diferentes interesses e de difícil abordagem. Nesse sentido, buscamos, na contemporaneidade, a interdisciplinaridade para dar conta, ou tentar reunir o máximo de conhecimento, sobre o ser humano e a atividade que o humaniza, que o torna um ser social. No entanto, esse saber implica o comprometimento dos pesquisadores e estudiosos do mundo do trabalho com a ética e com a cultura, através de uma postura crítica e reflexiva, considerando as diversas variáveis e fatores que interferem na constituição da subjetividade e nos processos de saúde/adoecimento dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Codo e Jacques (2002) salientam que as estatísticas existentes sobre saúde e sofrimento praticamente dizem respeito aos estudos epidemiológicos e/ou direcionados a questões da saúde pública que acabam não valorizando o sujeito trabalhador. Talvez isso explique a forma como se dá a gestão das políticas públicas de saúde no Brasil, concentradas na caracterização das patologias mais graves que necessitam de leitos psiquiátricos (CODO & JACQUES, 2002), ou seja, são estatísticas sem rostos, sem vozes, vinculadas apenas aos números de leitos. Ignora-se por completo as relações entre o cotidiano de trabalho e o sofrimento psíquico, o mal-estar, o binômio saúde-doença e a dignidade dos seres humanos.

Dessa forma pensamos na articulação entre saúde mental, trabalho e subjetividade como uma via possível para compreender o mundo complexo das relações de trabalho. O interesse pelas implicações do trabalho à saúde psíquica e a expressão de sofrimento, nos/as agricultores/as familiares de fumo, partiu da participação na pesquisa interdisciplinar

e interinstitucional *O impacto da cultura do tabaco no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul/RS*, mais especificamente na Bacia Hidrográfica do Rio Pardinho, abrangendo os municípios de Gramado Xavier, Sinimbu e Santa Cruz do Sul. A pesquisa foi coordenada pela Universidade de Santa Cruz do Sul - Unisc, através do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, sendo financiada pela Agência de Desenvolvimento Canadense/IDRC.

Através dos dados quantitativos encontrados no inquérito neuropsiquiátrico por essa pesquisa, referentes aos índices de "prováveis" casos de ansiedade 65%, depressão 35% e morbidade psiquiátrica 44% nas/os agricultoras/os é que nos propomos a retornar a esta realidade rural. Os aspectos referidos nesse inquérito davam indícios de que o âmbito do trabalho no meio rural agrícola produz intenso sofrimento psíquico. Nesse sentido, nosso retorno para investigar essa realidade teve o propósito de ir além dos limites concretos desse diagnóstico, na busca de aprofundar a reflexão sobre os sentidos atribuídos a estes fenômenos, ou seja, investigar o que poderia estar produzindo sofrimento psíquico nesta população. Este estudo baseou-se sobre os impactos produzidos à saúde psíquica, decorrentes das condições e da organização do trabalho a que estão submetidos os agricultores e agricultoras. A partir dessa perspectiva, buscamos compreender que sentidos os agricultores e as agricultoras familiares da cultura do fumo produzem em relação ao trabalho que desenvolvem, bem como analisar de que forma o sofrimento psíquico é expresso nessa relação de trabalho pelos agricultores e agricultoras.

O espaço rural de modo geral é desconhecido, e pouco se investe nessas regiões. Focalizando a região produtora de tabaco do Vale do Rio Pardo, percebe-se o descaso principalmente das gestões dos municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, que findam por extrair a renda produzida por essas localidades agrárias. No entanto, não existe o retorno na forma de investimentos necessários para o desenvolvimento dessas localidades e principalmente para investir nas condições básicas e na qualidade de vida das populações dessas regiões. Esse descaso é demonstrado por Klarmann (2001), quando ressalta que há uma concentração do setor industrial fumageiro em Santa Cruz do Sul, que polariza grande parte dos fluxos na produção de fumo e na circulação de pessoas e de mercadorias, além de concentrar poder econômico e político. Esses aspectos caracterizam profundas desigualdades verificadas pelos indicadores sociais como o Indicador de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHN do PNUD,² ou o Índice Social Municipal Ampliado - ISMA da FEE,³ que registraram as disparidades entre as microrregiões que fazem parte do Vale do Rio Pardo.

² Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNDU.

³ Fundação de Economia e Estatística do RS - FEE

Conforme o Anuário Brasileiro do Fumo (GAZETA, 2002) a fumicultura está passando por um momento de crescimento, mas o cenário tanto nacional como internacional tem combatido muito esse crescimento. É possível verificar isso na força das campanhas mundiais antitabagistas comandadas pela Organização Mundial da Saúde - OMS; a proibição pela lei nacional de propaganda de cigarros, além de leis nacionais e estaduais que aumentam as tarifas de exportação do tabaco e dos cigarros brasileiros, elevando com isso o valor do ICMS sobre o cigarro. Mas não podemos esquecer que o tabaco se constitui em negócio muito lucrativo, para as instâncias governamentais - federal, estaduais e municipais -, tendo em vista que recebem impostos referentes a produção de tabaco e de cigarros, assim como as empresas lucram com a produção e venda desse produto. E, nesse caso, o produtor é quem menos ganha e, com certeza, quem mais sofre com esse modelo produtivo de fumo.

Considerando a dimensão dessas campanhas antitabagistas, é necessário ponderar que a cultura do fumo significa o sustento de mais de 160 mil famílias no Sul do país. Nesse sentido precisa-se criar alternativas de produção para as famílias, a fim de que melhorem sua qualidade de vida e não permaneçam dependentes da produção de um único produto. É necessário que, aos poucos, possam ir substituindo a cultura de tabaco de forma a diminuir a dependência dos agricultores e agricultoras ao modelo tradicional de produção, assim como diminuir e regulamentar o uso de agrotóxicos, que podem ser responsabilizados por agravos à saúde através da intoxicação e distúrbios neuropsiquiátricos nos produtores e pela contaminação do ecossistema.

Isso se reflete na vida dos agricultores e agricultoras familiares de fumo, que estão sem voz ativa, desarticulados e sem atitude e força política no processo produtivo. Nesse sentido, pensamos o desenvolvimento regional dentro de um contexto global que respeite e valorize sujeitos locais. Nesses termos, vamos ao encontro do sujeito/agricultor/a, ator de sua realidade na busca da condição de cidadão.

Nos estudos direcionados à saúde da classe trabalhadora destacamos a perspectiva em Saúde Mental e Trabalho, temática que foi estudada no Brasil por volta da década de 1980. O objeto de estudo dessa perspectiva é definido como: "a inter-relação entre saúde/doença cuja dinâmica se inscreve mais marcadamente nos fenômenos mentais, mesmo que sua natureza seja eminentemente social" (SILVA, 1994, p. 51). Segundo Fernandes (1996) a temática em saúde mental e trabalho é abordada através de diferentes enfoques. Silva (2001) destaca a existência de conexão causal de sintomatologia de origem "psi"⁴ com a vida laboral (condições e organização do trabalho), neste eixo que possibilita o diagnóstico de doenças ocupacionais (TITTONI, 1997).

⁴ Silva (2001) destaca que prefere utilizar "psi" ao invés de escrever psiquiátricas ou psicológicas devido às variáveis de denominações, eufemísticas ou não, nos estudos referentes às alterações do mundo do trabalho. Por exemplo "neurose do trabalho", "fadiga mental", "stress do trabalho" ou "sofrimento mental".

Ainda dentro dessa vinculação entre saúde mental e trabalho existem autores que destacam a articulação com a subjetividade. Tittoni (1995) salienta que a temática da subjetividade prioriza o sujeito trabalhador que é compreendido a partir de suas vivências e experiências subjetivas no trabalho. Segundo a própria autora, essa temática rompe com os modelos tradicionais, empenhando-se num movimento interdisciplinar, para dar conta dos múltiplos fatores que intervêm nesta relação de saúde e trabalho. Os estudos nessa linha superaram a noção de indivíduo - sujeito autônomo e livre - e centraram as pesquisas no eixo da ética e da cultura (AMADOR, 1999; TITTONI, 1997).

A partir dos primeiros contatos e dos resultados da pesquisa *O impacto da cultura do tabaco no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul/RS*, sentimos a necessidade de tratar essa realidade através de uma abordagem qualitativa que traduzisse os sentimentos de ansiedade, de depressão, de insatisfação, de tristeza. Partimos do pressuposto de que estamos permanentemente dando sentido a todos os eventos que ocorrem no mundo. Para tanto utilizamos a proposta teórico-metodológica da produção de sentidos a partir das práticas discursivas (SPINK, 2000). Foram entrevistados quatro agricultores e cinco agricultoras todos/as proprietários/as de unidades de produção familiar de fumo em Santa Cruz do Sul. Os sujeitos foram identificados na pesquisa acima citada como "casos" de ansiedade, depressão e morbidade psiquiátrica. As entrevistas foram realizadas nas casas desses sujeitos, no período de abril a julho de 2002.

1 TRABALHO NAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS DE PRODUÇÃO DE FUMO

Trabalhar consiste, para os agricultores e agricultoras, nas atividades realizadas no domínio doméstico e no espaço das unidades agrícolas familiares. As atividades domésticas, conforme as práticas discursivas, dizem respeito tanto a atividades desenvolvidas dentro de casa como nos arredores, mais especificamente, no pátio, no pomar e nos galpões. As atividades desempenhadas no âmbito da roça, também chamada de lavoura ou chácara, implicam o trabalho com a produção sazonal do fumo (agosto-março), principal produto de comercialização, e com outras culturas que garantem a subsistência e o complemento da renda familiar, com a venda de alguns produtos excedentes na propriedade.

A divisão do trabalho nas unidades agrícolas de fumo abrange praticamente apenas a família, ou seja, o trabalho está organizado através da força de trabalho familiar na propriedade, embora essa organização possa ser extrapolada em momentos de intenso trabalho. Nesse caso necessitam contratar trabalhadores temporários para determinadas atividades no fumo, especificamente no período de colheita, além de existir uma cooperação entre vizinhos.

O sentido produzido nas entrevistas destaca o trabalho nas propriedades como intenso, rotineiro, de luta constante sem grande novidade no processo de trabalho, que ocupa os agricultores e agricultoras o dia inteiro, o ano inteiro. Os agricultores e

agricultoras descrevem o seu dia-a-dia mapeando praticamente os meses do ano em relação à produção de fumo, demonstrando que há muito trabalho na roça. O que confirma que esses sujeitos não se envolvem apenas nos períodos de agosto a março, mas que a produção do fumo extrapola esses meses e apresenta-se no cotidiano dos agricultores e das agricultoras. Também as preocupações com a próxima safra permanecem e com isso o registro de um intenso trabalho que espera os agricultores e as agricultoras novamente nos meses de novembro a fevereiro com a colheita.

Constatamos que os agricultores, para se referirem às atividades realizadas na roça, o fazem utilizando os termos trabalho, serviço, profissão. Algumas das mulheres também denominam de serviço ou servicinho, entretanto, a maioria das agricultoras considera esta atividade como sendo apenas uma ajuda. Os homens também denominam de ajuda as atividades realizadas por esposas, filhos e filhas na roça. Podemos concluir que o trabalho da mulher na roça é considerado tanto por ela como pelo homem como ajuda na propriedade. Podemos pensar em diferentes formas de dominação que perpassam o trabalho realizado na roça, uma dessas seria a diferença etária entre os pais e filhas, e outra pelo gênero na relação entre marido e mulher.

Quando são questionados sobre a divisão das tarefas na propriedade, assinalam a divisão entre trabalho leve realizado pelas mulheres e o pesado que pode ser realizado pelos próprios agricultores ou por trabalhadores temporários. Os agricultores, assim como as agricultoras, também classificam as atividades como pesadas ou leves. Moura (1978) destaca em sua pesquisa com sítiantes, uma subcategoria chamada de serviço pesado, destinada a um tipo de trabalho mais geral. Em nossa pesquisa esse trabalho geral é com o fumo, e as atividades pesadas são arar com boi, aplicar agrotóxico e fazer lenha, realizadas por homens. As atividades consideradas leves como colocar adubo e capinar são realizadas por mulheres. O sentido atribuído a este trabalho pesado não implica apenas uma tarefa que exige força física do sexo masculino, mas sim numa desvalorização do trabalho da mulher que é considerado ajuda na roça. O sentido produzido é de um trabalho desvalorizado e não reconhecido como trabalho, ou seja, um não-trabalho.

O sentido atribuído ao trabalho doméstico de repetição, fatigante, monótono, cansativo, sistemático somando-se ao serviço da roça e nos arredores da casa ampliou a jornada de trabalho da mulher. As mulheres trazem em sua descrição do cotidiano de agricultora uma insatisfação com o trabalho de casa, dando um sentido de trabalho solitário e sem reconhecimento da família.

Essa dupla jornada de trabalho contribui para maior exposição das mulheres aos impactos das condições de trabalho à saúde. Podem levar ao adoecimento e a acidentes no trabalho, devido à carga de trabalho, pois não possuem descanso semanal, muito menos férias. Santorum e Lamas (1995) afirmam que a dupla jornada de trabalho, unida ao tipo de trabalho realizado pela mulher, implica índices maiores de doenças psicossomáticas do que nos homens. Essas enfermidades podem ser neuropsíquicas, transtornos digestivos, insônia e esgotamento nervoso, entre outras.

As atividades realizadas pelas mulheres na roça acabam sendo consideradas como tarefas complementares nas propriedades, uma vez que são responsáveis pelos cuidados do espaço doméstico. O trabalho da mulher no domínio da casa fica vinculado ao papel de mãe e esposa, de forma que essas atividades são tidas como tipicamente femininas.

Também o trabalho doméstico, através das práticas discursivas, é valorado pelos homens e pelas mulheres como mais leve do que o trabalho na roça. Talvez isso se justifique porque a atividade realizada no espaço da casa é considerada uma ajuda em relação ao espaço da produção (roça). Podemos pensar também que o trabalho realizado dentro de casa não é valorado por não envolver arrecadação de dinheiro para a família e representar um trabalho que não possui visibilidade. Nesse sentido, podemos considerar o trabalho doméstico (casa) de responsabilidades das mulheres, como Arendt (1999) descreveu o labor para os gregos: um trabalho realizado com o corpo, que apresenta um consumo rápido sem um reconhecimento social.

Mesmo que isso não apareça de forma explícita, os agricultores e agricultoras expressam nas entrevistas um desânimo e um conformismo em relação ao modo de produção de fumo e realização do seu trabalho. Relatam que não são bem remunerados, e que trabalham mais e ganham menos do que em tempos atrás, mesmo assim apresentam dificuldades para conseguirem vencer o trabalho que antes faziam, o que produz uma situação penosa para estes agricultores e agricultoras.

Conforme Silva (1993), é importante o trabalhador perceber que é reconhecido socialmente pelo trabalho que realiza, a fim de preservar a identidade social e a própria dignidade. Quando não ocorre o reconhecimento social do trabalho, o trabalhador se sente rejeitado e enfrenta uma situação extremamente penosa que poderá configurar-se como uma ameaça à saúde mental.

2 "SÓ PODE SER OS NERVOS, VÊ O SERVIÇO E NÃO PODE FAZÊ, AI A GENTE FICA NERVOSO..."

Os agricultores e agricultoras quando relatam sobre seu mal-estar têm o corpo como referência, devido a exigências do trabalho: dores nas costas; dores nas pernas; dificuldades para dormir; irritabilidade; nervosismo; tonturas; vômitos; diarreia; dores de estômago; fraqueza; cabeça cheia; dores de cabeça.

Nos países do Terceiro Mundo não é difícil identificar na face dos trabalhadores do meio rural o envelhecimento precoce, as "marcas"⁵ provocadas por precárias condições de vida e também pela própria atividade extenuante desempenhada de sol a sol

⁵ Marcas para Merlo (1999) num sentido amplo significam as modificações que ocorrem nos indivíduos e nos seus corpos, englobando tanto os aspectos físicos quanto os psíquicos, que repercutem no espaço laboral e no exterior dele.

(MERLO, 1999). São marcas nítidas, mas que podem estar ocultando marcas mais profundas produzidas por um sofrimento psíquico e que estão talvez mascaradas no trabalho no meio rural. Esse sofrimento psíquico é uma experiência subjetiva determinada pelas pressões oriundas das condições e da organização do trabalho, como proposto pela abordagem teórico-metodológica da Psicodinâmica do Trabalho (DEJOURS, 1994).

Encontramos referências, nas entrevistas, à falta de informação dos agricultores e das agricultoras em relação aos perigos do uso dos agrotóxicos. Mas também encontramos situações que nos fazem pensar numa “negação” dos riscos decorrentes dessa aplicação. Isso porque precisam realizá-la como cumprimento das exigências da produção. Na verdade, eles descrevem sensações e sintomas que são percebidos quando em contato direto com o veneno ou quando estão em contato com a folha do fumo. Todos/as falam do desagradável que é entrar numa lavoura de fumo molhada, com o sol quente. E não utilizam o equipamento de proteção, ou seja, negam realmente os riscos da tarefa. Claro que devemos considerar que esse equipamento de proteção é totalmente inadequado para a situação, como bem descrevem os agricultores e agricultoras.

O sentido é de medo, de insegurança, de não saber o que realmente é possível acontecer para estes que aplicam e para os familiares que se revezam nesta tarefa. Em algumas entrevistas as mulheres associam as internações hospitalares com o início da colheita e com as conseqüências do veneno na folha do fumo. A vivência é de um sentimento de medo de ficarem doentes e não poderem mais trabalhar, assim buscam poupar certos familiares, revesando-se neste serviço penoso e perigoso. Em outras situações é escolhido apenas um da família para ser o único a passar por esta situação perigosa e de conflito para o sujeito.

Dejours (1994) destaca que devido a pressões oriundas da organização do trabalho, os trabalhadores utilizam mecanismos de defesa tanto individuais como coletivos para continuarem a trabalhar, ocultando a consciência de seus sofrimentos, negando a percepção dos riscos.

Silva (1993) destaca que as defesas servem para tornar suportável e possível permanecer em certas situações que envolvam perigo no trabalho. Mas também salienta a inadequação de muitos equipamentos e o desconforto no uso destes para os sujeitos.

Através das entrevistas, constatamos que o mal-estar aumenta com o acúmulo de trabalho no período da colheita do fumo. Este mal-estar se expressa nos sintomas físicos, mas tem repercussões sobre a saúde mental, tanto nos homens como nas mulheres, embora as mulheres são as que mais descrevem queixas referidas ao trabalho que realizam no fumo. Os homens reclamam do trabalho na colheita mas principalmente do cansaço que não permite um sono tranquilo. O sentido atribuído ao mal-estar físico é vivenciado no corpo através da atividade extenuante e pesada desenvolvida. É uma atividade que demanda um esforço exacerbado do corpo dos agricultores e das agricultoras e por isso produz marcas visíveis. Vogt (1997) inclusive destaca ser a colheita uma atividade que pode ser considerada insalubre, e também uma atividade cansativa e desconfortável.

Uma das agricultoras considera inacreditável o que sente quando inicia o período da colheita, ou melhor, atribuiu um sentido insuportável para o seu trabalho, devido às dificuldades que encontra para realizá-lo. Podemos afirmar que, para as agricultoras, além do trabalho pesado, da dupla jornada de trabalho, a pressão que sentem para que a colheita seja bem sucedida, somada às pressões advindas dos maridos, são fatores que se encontram na base do sofrimento e dos adoecimentos desses sujeitos.

Os agricultores e as agricultoras também descrevem o mal-estar vivido no corpo e produzido no trabalho como o “esquenta no corpo”, “nervo trabalha”, referindo-se ao problema de ficar “nervoso”. Podemos associar essas descrições de nervoso a preocupações com o trabalho, sentimento de não conseguir cumprir as atividades planejadas do dia-a-dia, a falta de recursos materiais e insatisfações, entre outros.

Podemos observar que a “Doença dos Nervos” ou “nervoso” é uma queixa de saúde conhecida e referendada pela literatura médica e antropológica. Nas entrevistas entendemos o “nervoso” também a partir de um dos agricultores que denomina a doença que tinha como sendo “dos nervos” e os sintomas que apresentava eram: “não ganhava ar”, “medo”, sentia fraqueza e por isso atacava o “nervo”. Devido a esses problemas não conseguia trabalhar e acabou sendo internado num sanatório. Esse mesmo agricultor diz não saber explicar por que sentia esse medo, apenas dá indícios de que era algo que sentia depois que voltava do trabalho para o almoço.

Os estudos de Pinheiro (2000) mostram que as palavras para se referirem ao sofrimento são muitas e circulam livremente pela sociedade com seus múltiplos sentidos. A autora encontrou nas experiências de vida de entrevistados em centro de saúde o termo sofrimento associado a problema, a complexo, a ansiedade e a problema psicológico, termos que também aparecem na literatura, no discurso médico e psicológico como nas conversas cotidianas. No entanto observamos que os agricultores e as agricultoras familiares de fumo descrevem em muitas ocasiões o sofrimento como “temos problemas” ou por “dificuldades”.

Nesse sentido, aproximamo-nos de Dejours (1992) que salienta as dificuldades do subproletariado em falar de doença e do sofrimento, tentando esconder dos outros, porque a vivência da doença é vergonhosa para aqueles que vivem do corpo, porque só é aceito o corpo que trabalha, o corpo do homem que produz e o corpo trabalhador da mulher.

Algumas agricultoras relatam o sentido do seu sofrimento, que descrevem como “nervosismo”, como o responsável pela perda do controle, levando-as a gritarem e brigarem com os familiares. Isso é atribuído às dificuldades do trabalho. Outras também relatam que esse “nervosismo” vem da sua cabeça. Os estudos de Costa (1987, 1989) descrevem que nos ambulatórios públicos essa manifestação conhecida por “nervoso” demonstra que o paciente tem consciência da dimensão psicológica do que enuncia como uma doença orgânica. O autor está nos dizendo que os indivíduos têm a dupla percepção do seu sofrimento mental. Ou seja, por um lado representa o mal-estar dentro das regras estabelecidas pelo saber médico e pela prática social da qual faz parte; de outro lado,

enuncia através desta experiência sociocultural, a natureza psicológica desse sofrimento.

As formas de objetivar o sofrimento mental variam e o quadro de “doença dos nervos” nas classes trabalhadoras é uma forma de adoecimento mental bem disseminada e marcada por particularidades socioculturais. O autor cita Maria Cristina Souza que considera a “doença dos nervos” como uma estratégia de sobrevivência física, psíquica e social das populações de baixa renda. E a localização do mal-estar no corpo depende da lógica da dominação de classes e de como os sujeitos vão decodificar simbolicamente as experiências do corpo.

O antropólogo Duarte (1986) realizou um estudo com trabalhadores de centros urbanos e verificou que esses trabalhadores descreviam seus sofrimentos a partir do “nervoso”, uma forma específica dos grupos populares de reagirem aos fatores estressantes do dia-a-dia.

O “nervosismo” também é descrito pelos agricultores e agricultoras devido a problemas e dificuldades enfrentadas e traduzidas de formas diferentes, como nas intempéries que prejudicam o trabalho (chuva, granizo etc.). As intempéries acabam impedindo que as atividades necessárias e específicas de determinada época sejam realizadas, intervindo no processo produtivo, e com certeza no sucesso da produção, ou seja, no produto final dos meses de dedicação e de intenso trabalho – rotineiro – em que esperam receber os frutos.

Gomes e Rozemberg (1992) realizam uma pesquisa na zona rural de Nova Friburgo/RJ com agricultores que se denominam de “funcionários da enxada”. Salienta que além dos sujeitos enfatizarem a organicidade dos sofrimentos do “nervoso” também o fazem apontando para a origem em fatores externos, vinculados a problemas com a família e com o trabalho.

Para alguns agricultores, o nervosismo aparece nas dificuldades em desempenhar o trabalho como faziam quando eram jovens. Esse sentido se produz quando ficam demonstradas as dificuldades encontradas na ausência dos filhos, força de trabalho (mão-de-obra) que move a agricultura familiar nesta região. É a força de trabalho familiar que mantém e dá continuidade à sobrevivência dessas famílias no campo. Segundo Tavares (1984), os filhos e filhas principalmente os jovens do sexo masculino representam parte integrante deste trabalho familiar, e precisam ficar nas propriedades para poder sustentar os pais quando estes ficarem velhos.

A partir do descrito até aqui, concordamos com Jacques (2002) quando ela afirma que qualquer denominação usada para a “doença dos nervos” não retirará sua dimensão subjetiva, ou seja, a vivência de cada sujeito na relação entre saúde e trabalho.

É interessante assinalar que as chuvas aparecem também como um fator que contribui para o momento de descanso do trabalho. Mas no decorrer do dia-a-dia não existe muito tempo, alguns agricultores e agricultoras alegam que descansam entre o almoço e o trabalho da tarde. Outros dizem não existir esse momento, principalmente as mulheres, que precisam fazer o serviço de casa quando estão sós para repartirem as atividades.

A hora do tempo livre, ou do lazer representa um momento de “alívio”, é quando também podem sair, fazer visitas, ir à igreja, ir ao bar (atividade masculina) e manter o convívio com a comunidade. A cidade também aparece como um espaço para o lazer, para passear, ou para fazer visitas aos filhos e filhas que vivem na cidade. Esse tempo livre só não é permitido quando estão na colheita do fumo. No dia-a-dia, logo após o trabalho, ficam em casa e alguns podem ler o jornal e assistir à TV.

Leopardi (1999) salienta a importância da pausa do trabalho para a reflexão, para sentirmos o mundo. Segundo a autora, vivemos num ritmo de vida em que parece não haver mais espaço para a pausa. “Quando existe a chatice, a preguiça, a depressão no entanto, ela é fundamental por romper a cadeia neurotizante do fazer inesgotável” (LEOPARDI, 1999, p.173).

Constatamos que os sentidos produzidos através das práticas discursivas em relação ao trabalho são de desprazer muito mais do que de prazer. Muitos agricultores e agricultoras não transparecem e não demonstram prazer de deparar-se todos os dias ao nascer do sol com a cena do trabalho. Sentem um alívio quando mais um dia acaba e com ele também o trabalho rotineiro, cansativo e esgotante que consome forças e energia.

Como salienta Albornoz (2000), a palavra trabalho possui diferentes conotações e o seu significado oscila tanto no que diz respeito ao conteúdo como aos sentidos que lhe são atribuídos. Mas podemos apontar, através das práticas discursivas, que os agricultores e agricultoras identificam muito mais o trabalho com atividades relacionadas ao sofrimento, ao desprazer, a uma rotina a ser cumprida sem “muitas escolhas” e com papéis definidos a cumprir no dia-a-dia das propriedades agrícolas.

Também percebemos outras formas de expressão do sofrimento psíquico dos agricultores e agricultoras. É um aspecto interessante para destacar nas práticas discursivas: é a “vergonha de si”, a vergonha de não saber responder às perguntas, de não ter estudo suficiente, de não possuir uma casa como gostariam, específica das mulheres. Também sentem vergonha por estarem com as roupas e as mãos sujas em consequência de estarem trabalhando.

Para Zygoris (1995) a vergonha representa uma situação que produz uma violência física e simbólica. Segundo a autora toda a “vergonha é sempre social, mesmo quando o cenário no qual tenha sido vivenciada diga respeito ao mais íntimo” (ZYGOURIS, p.161). A vergonha nos faz sentir humilhados por sermos destituídos do nosso lugar na comunidade da qual fazemos parte, do nosso nome próprio por outra nomeação através do julgamento e do olhar do outro. Nesse sentido, a vergonha acontece pela humilhação de ser distinguido dos demais que fazem parte do meio em que vivemos.

Apoiado em Dejours (1994), podemos pensar que a subordinação dos agricultores e das agricultoras às empresas fumageiras poderia ser considerada como uma forma de trabalho perigosa ao aparelho psíquico, ou seja, ao desejo e às motivações, uma vez que esse trabalho desenvolvido no fumo pelos agricultores e agricultoras não é de “todo” livre. O desejo do sujeito é, isso sim, bloqueado, conforme Birmam (1999), é impedido esse movimento do desejo que impossibilita ao sujeito a realização de um trabalho de criação

sempre recomeçado.

Constata-se através das entrevistas que os agricultores e as agricultoras não mais dominam as técnicas de produção de trabalho. Em nenhum momento percebe-se a criação, ou seja, um espaço de negociação em que os agricultores e agricultoras possam intervir com o seu saber e a sua criatividade no processo de trabalho prescrito pela fumageira. Isso fica claro no modo como descrevem o trabalho: rotineiro, repetitivo, cansativo e exaustivo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos, nessa realidade, muitos sentidos produzidos em relação ao trabalho que os agricultores e agricultoras desenvolvem nas unidades agrícolas de produção de fumo. Esses sujeitos descrevem o trabalho como rotineiro, cansativo, desgastante, exaustivo, de luta permanente, sem reconhecimento social e além disso exigindo um intenso esforço físico. Esse esforço é despendido principalmente nas atividades desenvolvidas com a colheita do fumo, uma atividade considerada extenuante e pesada, realizada quase artesanalmente tanto pelos homens como pelas mulheres. Esse trabalho braçal nas unidades agrícolas é destinado à sobrevivência e à manutenção da família, portanto apresenta um sentido de obrigação. Dessa forma, não se apresentam opções de escolhas ou outras oportunidades a serem almejadas para esses sujeitos que trabalham nessas atividades desde crianças, e que aprenderam que o trabalho no fumo é necessário para a manutenção da família no meio rural.

O trabalho no domínio da roça é denominado pelos agricultores de serviço, no entanto o sentido atribuído para o trabalho das mulheres na roça, tanto por elas como pelos homens, é como sendo ajuda. Essas diferentes nomeações identificam uma hierarquia, demarcando a condição das mulheres enquanto ajudantes do marido na roça. Além disso, para essas mulheres o sentido do trabalho representa as atividades sistemáticas, rotineiras, monótonas, solitárias e invisíveis perante o trabalho dedicado ao fumo, que é considerado o que proporciona a renda para as famílias fumicultoras. As agricultoras acabam desempenhando uma dupla jornada de trabalho, estando mais expostas aos agravos à saúde, aos riscos da intensificação das tarefas que produzem mal-estar e adoecimentos.

O trabalho nas propriedades agrícolas impõe aos agricultores e agricultoras um contato direto com os riscos das condições e da organização do trabalho que produzem impactos à saúde física e psíquica, sendo impossível determinar quais causam mais danos a esses sujeitos. Segundo Sawaia (1994), é complicado afirmar que danos físicos causam mais sofrimento que danos mentais nos processos de saúde/adoecimento. Isso porque reconhecemos que tanto uns quanto outros estão intrinsecamente ligados.

Esses agricultores e agricultoras estão sob forte tensão numa luta constante de preservação das identidades sociais, pela sobrevivência e principalmente pela integridade

do corpo e da mente, a fim de escaparem das frustrações, agravos e perigos que o trabalho impõe – uso de produtos químicos, condições climáticas, pressão, medo, cansaço, esgotamento, que levam a estado de irritação, de desesperança, que a maioria denomina de “nervoso”. Esse nervoso é uma das formas de expressão de seus mal-estares e adoecimentos. É a forma como vivenciam as dificuldades encontradas no dia-a-dia de trabalho nas unidades agrícolas de produção de fumo.

Constatamos que convivem com uma realidade do não-reconhecimento pelo trabalho realizado e os sentidos produzidos dizem respeito à negação da criatividade, ao desprazer, à ansiedade produzida pelas obrigações assumidas com o fumo, às privações pela falta de renda, desânimo e ao conformismo com a situação que vivem. Os agricultores estão vivendo o dia-a-dia, ou seja, sobrevivendo com um trabalho que “dá renda”, mas que não recompensa todo o esforço físico e mental dedicado ao trabalho, bem como o envolvimento de toda a família. Essa realidade dos agricultores de fumo não está sendo capaz de viabilizar saúde física e mental, não existe um espaço de negociação, de criação no processo prescrito de trabalho imposto pelas fumageiras. Com esses sentidos atribuídos ao trabalho, percebemos que não existe a possibilidade de promover a saúde mental e a qualidade de vida desses sujeitos que tanto contribuem para o desenvolvimento econômico da região.

Por sua vez, as reflexões sobre o desenvolvimento regional devem estar para além do desenvolvimento econômico, que está caracterizado, nesta região, pela produção de fumo. A indústria fumageira regional apresenta um notório desenvolvimento, caracterizado por grandes investimentos em novas instalações e modernas tecnologias de produção que proporcionam grandes ganhos de produtividade e conseqüentemente o aumento da lucratividade.

Além disso as instâncias governamentais - federal, estaduais e municipais arrecadam elevados impostos gerados pela produção de fumo e pela comercialização do cigarro. Existem ainda grandes ganhos advindos das exportações do fumo em folha, tendo em vista que o Brasil é o maior exportador mundial desse produto.

No entanto, não existe um retorno proporcional a esses enormes ganhos para as agricultoras e agricultores que com seu trabalho na roça, praticamente artesanal, garantem a produção de fumo de qualidade. Seus investimentos em regra estão voltados a melhorias das condições dos meios de produção, restando poucos recursos para outras prioridades como melhoria da moradia, turismo ou lazer.

Outro aspecto que merece destaque é a quase ausência de investimentos públicos que busquem melhores condições de vida no meio rural, com ênfase nos sujeitos que ali trabalham e residem. Esses investimentos, por exemplo, dizem respeito à conscientização dos agricultores e agricultoras, promoção de atividades culturais, esportivas e de lazer para toda a família, de instalação de maior número de escolas públicas de nível médio, de promoção de ações que visem a melhorias nas condições de saúde.

Acreditamos que os dados deste estudo contribuem para melhor conhecermos a realidade de trabalho dos agricultores e das agricultoras e assim, em conjunto com outras

pesquisas, possibilitem a ampliação dos conhecimentos acerca de suas condições de trabalho e qualidade de vida, bem como favoreçam a intervenção na criação de políticas públicas específicas para essa realidade. Entendemos que podemos conhecer e intervir na realidade de trabalho que tem causado tantos danos à saúde e à dignidade dos homens e mulheres no campo.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho*. 6. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- AMADOR, Fernanda. Trabalho, Sofrimento e Violência: O caso dos Policiais Militares. In: SARRIERA, Jorge Castellá (Org.) *Psicologia Comunitária: estudos atuais*. Porto Alegre: Sulina, p. 64 - 87, 2000.
- ARENDRT, Hannah. *A condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- CODO, Wanderley; JACQUES, Maria da Graça. Uma urgência, uma busca, uma ética. In: CODO, Wanderley; JACQUES, Maria da Graça. *Saúde mental e trabalho: leituras*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- COSTA, Jurandir F. *Psicanálise e contexto cultural*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- COSTA, Jurandir F. A consciência da doença enquanto consciência do sintoma: a "doença dos nervos" e a identidade psicológica. *Cad. do IMS*. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 4- 44, mar./abr. 1987.
- DEJOURS, C. *A Loucura do Trabalho - estudo em psicologia do trabalho*. 5. ed. ampliada. São Paulo: Cortez Editora / Oboré, 1992.
- DEJOURS, C.; ABDOUCHLI, E. *Psicodinâmica do trabalho: Contribuições da Escola Dejouriana à Análise das Relações de Prazer, Sofrimento e Trabalho*. São Paulo: Editora Atlas, 1994.
- DUARTE, L. F. *Da vida nervosa das classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- FERNANDES, S.R. Saúde e trabalho: controvérsias teóricas. *Cadernos CRM*, n. 24-25: p.155-159, 1996.
- GAZETA DO SUL. *Anuário Brasileiro do Fumo*. Santa Cruz do Sul, 2002.
- GOMES, Adriane, A; ROZEMBERG, Brani. Condições de vida e saúde mental. *Psicologia: Ciência e profissão*. Brasília, n. 4, p. 16-29, 2000.
- JACQUES, M. da G. Doenças dos nervos: uma expressão da relação entre saúde/doença

- mental. In: JACQUES, Maria da Graça; CODO, Wanderley. (Org.) *Saúde Mental: leituras*. Petrópolis: Vozes, p. 95-111, 2002.
- KLARMANN, Herbert. A industrialização e o Comércio Regional do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário; SILVEIRA, Rogério L. da (Org.) *Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 259-280, 2001.
- LEOPARDI, Maria Tereza. *Processo de trabalho em saúde: organização e subjetividade*. Florianópolis: Ed Papa-Livros, 1999.
- MERLO, Álvaro Roberto C. *A informática no Brasil: prazer e sofrimento no trabalho*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- MOURA, Margarida M. *Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- PINHEIRO, Odete de G. Entrevista: uma prática discursiva. In: SPINK, M, J. *Práticas Discursivas e produções de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 2. Ed. São Paulo: Cortez, p. 183-214, 2000.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *Porque a psicanálise?* Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- SANTORUM, Katia; LAMAS, Berenice. Trabalho e mulheres: aspectos de uma convivência malsã. *Revista Psico*. Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 59-88, jan./jun. 1995.
- SAWAIA, Bader B. Dimensão ética—afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In: LANE, S. T.; SAWAIA, Bader B. (Org.). *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense; EDUC, p. 157-168, 1995.
- SILVA, Edith S. Uma história de "crise de nervos": saúde mental e trabalho. In: ROCHA, L. E.; RIGOTTO, R. M.; BUSCHINELLI, P. T. P. (Org.) *Isto é trabalho de gente?: vida, doença e trabalho no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1993.
- SPINK, Mary Jane. *Práticas discursivas e produções de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- TITTONI, Jaqueline; NARDI, Henrique Caetano; BERNARDES, Jéferson S. Subjetividade e Trabalho. In: CATTANI, David (Org.) *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Editora Universidade, p. 240-245, 1997.
- UNISC, UFRJ, UNICAMP. *O impacto da cultura do tabaco no ecossistema e na saúde humana (Relatório de pesquisa)*. Santa Cruz do Sul, 2001.
- VOGT, Olgário Paulo. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul—RS: 1849-1993*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.
- ZYGOURIS, Rodmila. *Ah? As belas lições*. Tradução de Catarina Koutai. São Paulo:

Escuta, 1995.

Recebido para publicação em 30/04/03

Aceito para publicação em 19/05/03